



POLÍTICAS PÚBLICAS
Mestrado em *Direito e Prática Jurídica*
Exame
5 de janeiro de 2024 – 19:00
Duração: 90 minutos

Regente: Pedro Moniz Lopes

GRUPO I – 9 v.

Comente a seguinte frase, aplicando-a ao objeto do seu *paper*:

«Não existe uma ordenação abstrata dos objetivos constitucionais a prosseguir na elaboração de políticas públicas. Este facto torna particularmente relevante a realização de raciocínios de custo-benefício assentes numa estrutura de ponderação dos vários objetivos a prosseguir, frequentes vezes incompatíveis entre si. Há vários métodos para o levar a cabo.»

O aluno deve ser capaz de demonstrar conhecimento sobre o seguinte:

- 1. Identidade ordinal abstrata entre normas constitucionais;**
- 2. Definição de políticas públicas e orientação à prossecução de objetivos constitucionais**
- 3. Métodos de estabelecimento de preferências;**
- 4. Dimensões do princípio da proporcionalidade: eficácia, necessidade e equilíbrio**
- 5. Avaliação custo-benefício no desenho e implementação das políticas públicas**
- 6. Discussão da incomensurabilidade e métodos de a obviar (o texto de Sunstein estudado em aula)**
- 7. A fórmula do peso, com especial diferenciação entre as variáveis ontológicas (interferência mútua) e epistemológicas (graus de certeza de eficácia)**

GRUPO II – 9 v.

Comente uma das seguintes duas frases, aplicando-a ao objecto do seu *paper*:

1. De entre as várias causas de «mal-estar» a respeito da matéria das políticas públicas encontram-se as «políticas públicas simbólicas» e as «políticas públicas inefectivas».

- Anderson, J. E. (2003). *Public policymaking: An introduction*. Boston: Houghton, 8 ss.
 - Carolina Fernandez Blanco, *Una Mirada Jurídica sobre la Efectividad de las Políticas Publicas*, DIRITTO & QUESTIONI PUBBLICHE | XXI, 2021 / 2 (dicembre) | pp. 19ss.
2. O desenho e implementação de políticas públicas com base na racionalidade pura, quer dos agentes que as criam, quer dos próprios agentes regulados, foi posta em causa com o conceito de «racionalidade limitada», que inclui elementos psicológicos e sociológicos das condutas dos agentes.

O aluno deve ser capaz de demonstrar conhecimento sobre o seguinte:

1. Mecanismos de *decision-making* e condicionamentos da conduta dos agentes
2. Os vários exemplos dados em aula sobre *nudges*, arquiteturas de escolha e outros instrumentos para a efetividade das políticas públicas
3. Constrangimentos culturais, sociais, religiosos, etc.
4. A importância da avaliação de impacto normativo e os problemas de inefetividade das políticas públicas¹
5. Vieses cognitivos

Ponderação final global – 2 v.

¹ Carolina Fernandez Blanco, *Una Mirada Jurídica sobre la Efectividad de las Políticas Publicas*, DIRITTO & QUESTIONI PUBBLICHE | XXI, 2021 / 2 (dicembre) | pp. 17ss.